

SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Gestão dos recursos financeiros e a utilização dos saldos em conta corrente para qualificar os serviços, programas e benefícios

Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS)
Ceará, março de 2023

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



- Direito do cidadão que dela necessitar
- Proteção Social à família e a segmentos em situação de maior vulnerabilidade (serviços e benefícios sociassistencias).
- Enfrentamento da pobreza e apoio a processos de inclusão e participação social.
- Modelo de gestão descentralizada, com ofertas públicas estatais e não-estatais, participação da sociedade civil e controle social.

ASSISTÊNCIA SOCIAL



Objetivos: Proteção social, Vigilância Socioassistencial e Defesa de direitos

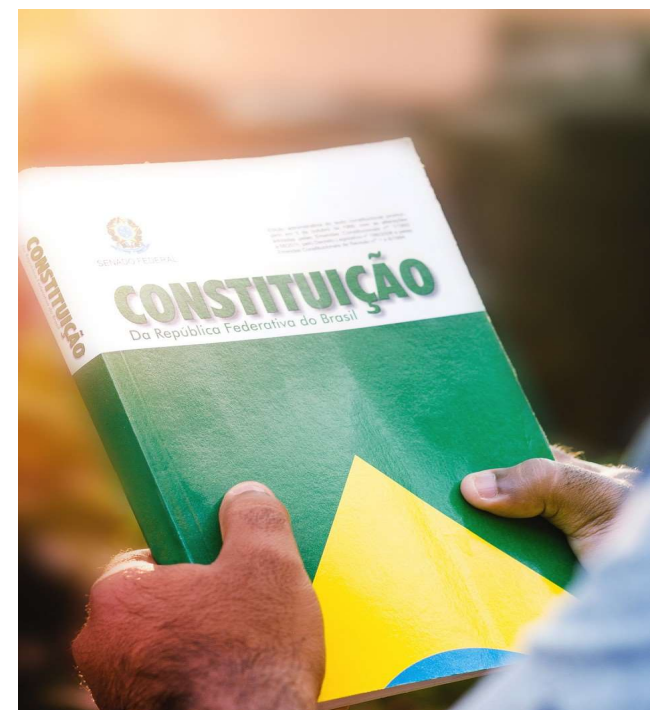
MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Assistência Social na Constituição Federal de 1988

Art. 204 As ações governamentais na área da Assistência Social serão realizadas com recursos do orçamento da Seguridade Social e com base nas seguintes **diretrizes**:

- I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social**
- II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis**



Federalismo Brasileiro & os Desafios para as Políticas Públicas



- ❖ País de dimensão continental, com 5.570 municípios, 26 Estados e Distrito Federal
- ❖ 89% dos municípios com menos de 50 mil habitantes
- ❖ Desigualdades regionais
 - Concentração de renda e pobreza
 - Territórios com alta densidade populacional
 - Grandes extensões territoriais com dispersão populacional
- ❖ Diversidades culturais e socioterritoriais
- ❖ Características geográficas diversas, que exigem arranjos aderentes às realidades locais

IBGE: *Em 2020, viviam no Nordeste 27,1% da população do país.*

Características do Federalismo Brasileiro (CF/1988)

UNIÃO: responsável pela coordenação geral e diretrizes nacionais das políticas públicas. Papel crucial de arrecadação fiscal e de distribuição de impostos na forma das transferências obrigatórias e voluntárias

ESTADOS: responsáveis pelo apoio à prestação de serviços e à execução das políticas sociais. Também desempenham papel importante na arrecadação de impostos

MUNICÍPIOS: principais agentes responsáveis pela execução das políticas públicas, com papel crucial na implementação e prestação de serviços públicos



SUAS

Sistema público, descentralizado, com comando único e gestão compartilhada entre os entes federados.

Modelo aderente ao arranjo federativo brasileiro:

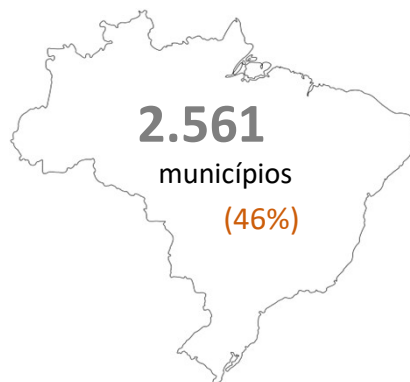
- parâmetros nacionais.
- oferta descentralizada, com execução predominantemente pelos municípios.
- controle social.

Equipamentos SUAS – BRASIL, 2022

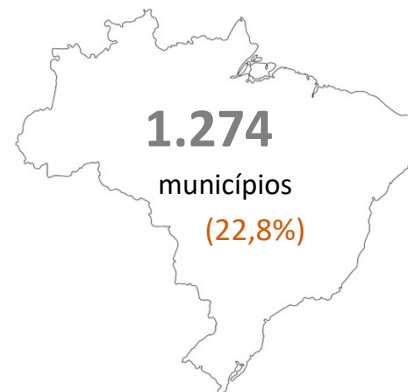
8.556 CRAS



2.812 CREAS



1.919 Centros-Dia



237 Centros Pop



7.837 Centros de Convivência



6.342 Unidades de Acolhimento



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME



Trabalhadores da Assistência Social (março de 2023) - BRASIL



8.556 CRAS

2.812 CREAS

1.919 Centros-Dia

237 Centros Pop



114.979



26.517



34.033



3.828

7.837

Centros de Convivência

6.342

Unidades de Acolhimento



70.122



121.676

**Trabalhadores da Gestão -
Secretarias Municipais**



53.121

**Trabalhadores da Gestão -
Secretarias Estaduais**



4.248

Fonte: CadSuas, março de 2023.

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME



Equipamentos SUAS – CEARÁ, 2022



402 CRAS

4,70% do total
do Brasil



114 CREAS

4,05% do total
do Brasil



9 Centros POP

3,80% do total
do Brasil



**173 Centros
de Convivência**

2,21% do total
do Brasil



**101 Unidades
de Acolhimento**

1,59% do total
do Brasil



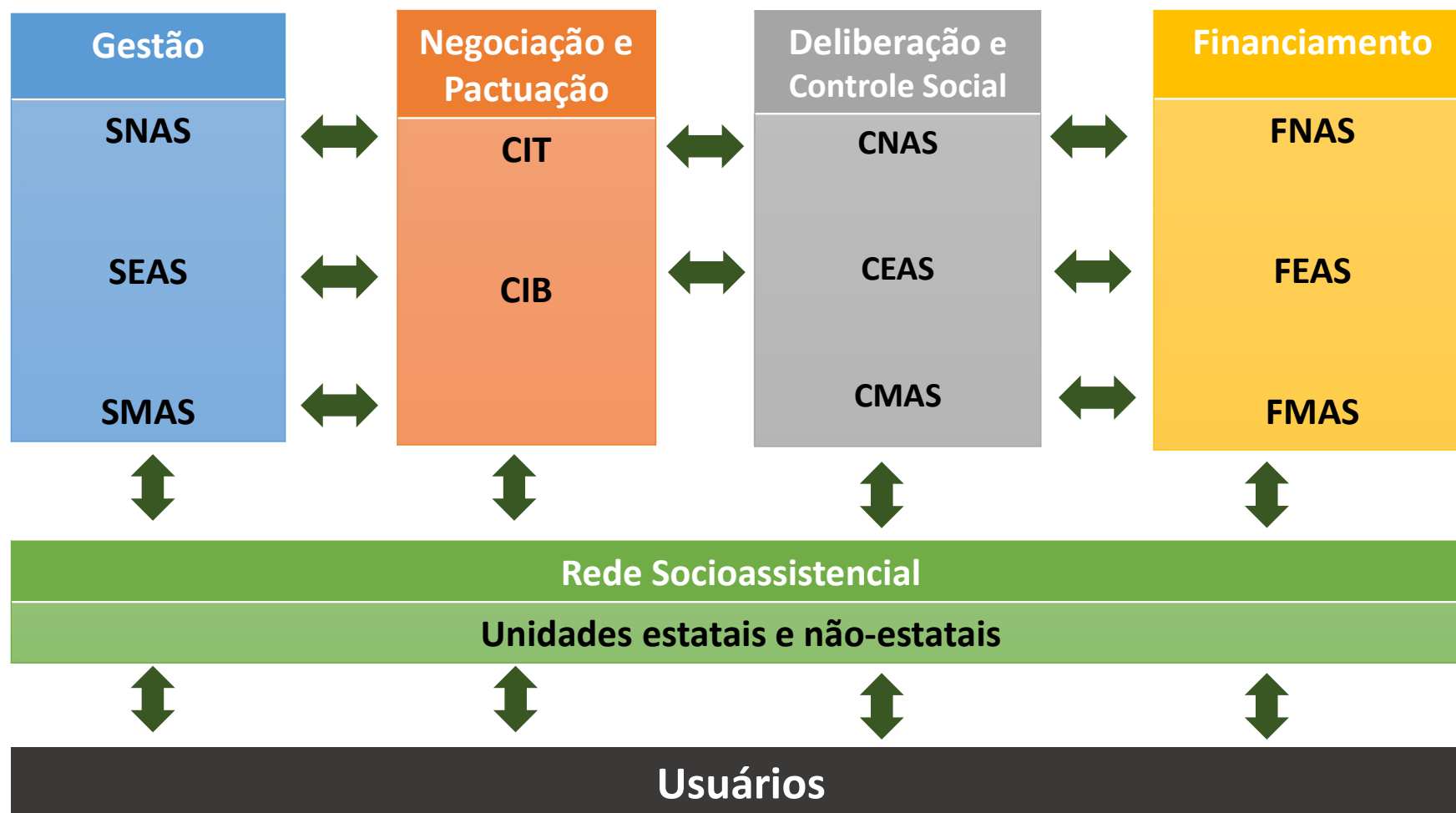
12 Centros Dia

6,25% do total
do Brasil

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME



Instâncias do sistema descentralizado e participativo - SUAS



Gestão dos Recursos Financeiros do SUAS

ENTES FEDERADOS



Executar os recursos e conhecer como o financiamento da política é operacionalizado para traduzir a burocracia pública em atendimento aos (as) cidadãos (as)

CONSELHOS
DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL



Compreender como funcionam os mecanismos, os fluxos e as possibilidades de utilização dos recursos para que seja possível analisar, aprovar e acompanhar a sua execução

Os recursos financeiros da Assistência Social são operacionalizados por meio dos Fundos de Assistência Social

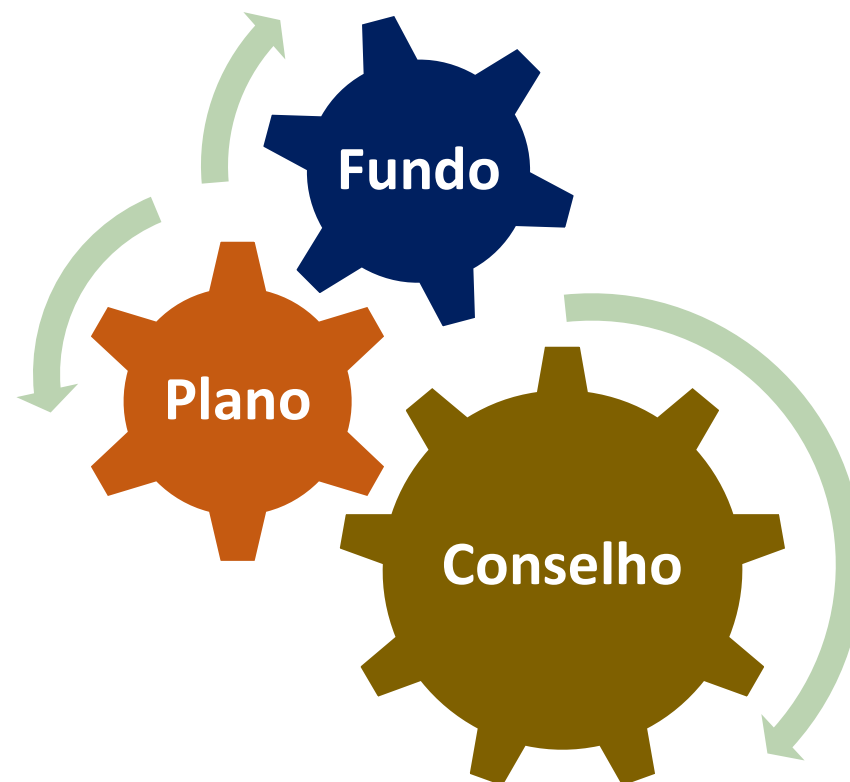
Condição para repasse de recursos da União

Art. 30. É condição para os repasses, aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal (...) a efetiva instituição e funcionamento de:

I - Conselho de Assistência Social, de composição paritária entre governo e sociedade civil

II - Fundo de Assistência Social, com orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência Social

III - Plano de Assistência Social



Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)

Os fundos de natureza especial, como o FNAS, são **instrumentos de gestão orçamentária e financeira que possibilitam realizar a execução mais célere de repasse de recursos entre os entes** federados.

Possibilitam, ainda, melhorar a **transparência da execução dos recursos e a criação de regulamentos próprios para controle, prestação de contas e tomada de contas especial**.

Os fundos de assistência social (FAS) são instrumentos de gestão orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos quais devem ser alocadas as receitas e executadas as despesas relativas ao conjunto de ações, serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social

O FNAS foi criado pela Lei nº 8.742/1993 (LOAS), regulamentado, inicialmente, pelo Decreto nº 1.605/1995 e, posteriormente, pelo Decreto nº 7.788/2012

A LOAS trata dos repasses fundo a fundo nos seguintes termos:

Art. 12. Compete à União:

II - **cofinanciar, por meio de transferência automática**, o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito nacional

Art. 13. Compete aos Estados:

II - **cofinanciar, por meio de transferência automática**, o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito regional ou local

Art. 15. Compete aos Municípios:

VI - **cofinanciar o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito local**

Os recursos do FNAS recebidos pelos fundos estaduais e municipais/DF serão aplicados segundo as prioridades estabelecidas nos planos de assistência social aprovados pelos respectivos conselhos buscando, no caso de transferência aos fundos municipais, a compatibilização no plano estadual e respeito ao princípio de equidade (Lei n. 9.604/1998)

Os recursos financeiros do FNAS poderão ser utilizados para:

- I. **cofinanciamento dos serviços de caráter continuado e de programas e projetos de assistência social**, destinado ao custeio de ações e ao investimento em equipamentos públicos da rede
- II. **cofinanciamento da estruturação da rede socioassistencial**, incluindo ampliação e construção de equipamentos públicos
- III. atendimento às **ações assistenciais de caráter de emergência**
- IV. **aprimoramento da gestão** de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, por meio do IGD-SUAS
- V. **apoio financeiro às ações de gestão e execução descentralizada do Programa Bolsa Família** pelos entes, por meio do IGD-PBF
- VI. pagamento, operacionalização, gestão, informatização, pesquisa, monitoramento e avaliação do **BPC**
- VII. atendimento das **despesas de operacionalização** que visem implementar ações de assistência social
- VIII. **pagamento de profissionais** que integrarem equipes de referência, nos termos da LOAS
- IX. **capacitação de recursos humanos e desenvolvimento de estudos e pesquisas** essenciais à execução de serviços, programas e projetos de assistência social

O FNAS operacionaliza os seguintes repasses a Estados, Municípios/DF ou para os (as) cidadãos (as):

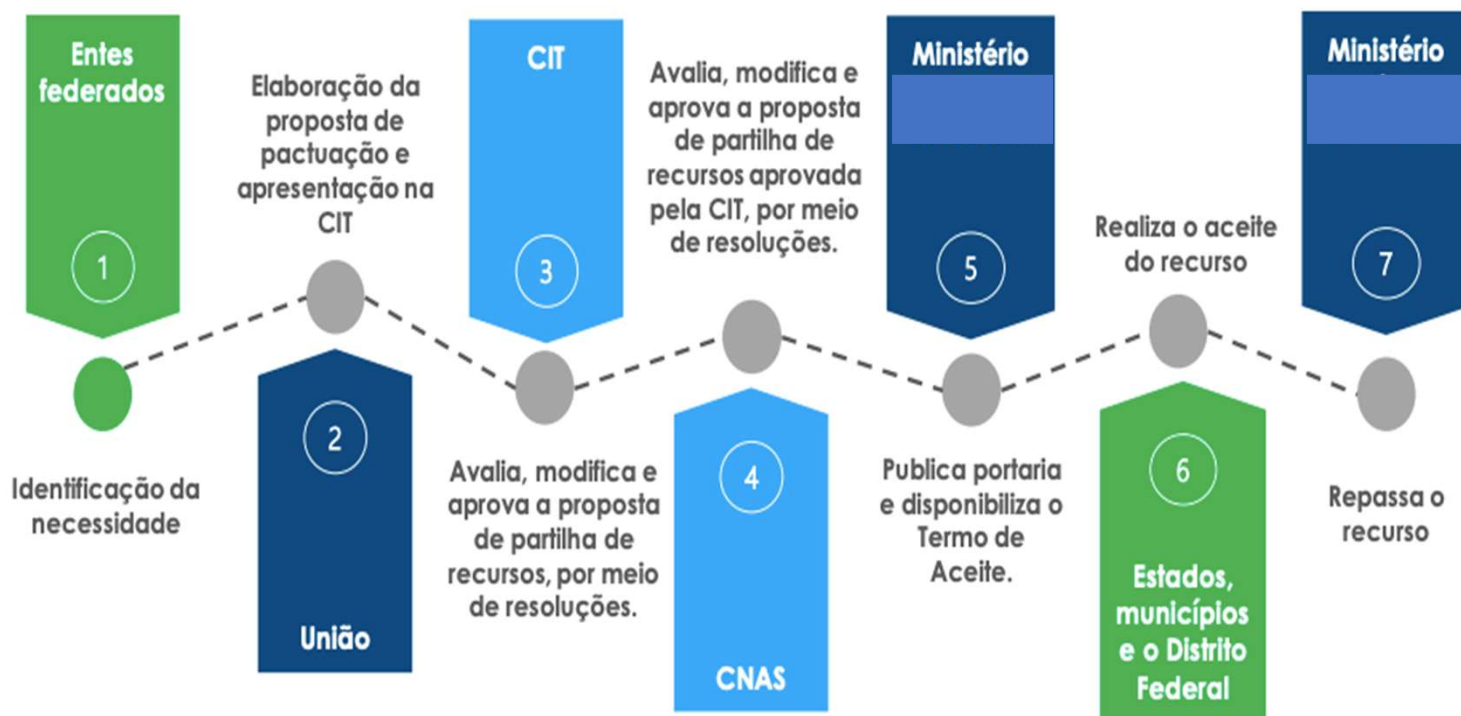
REPASSES FUNDO A FUNDO, REGULARES E AUTOMÁTICOS	SERVIÇOS
	PROGRAMAS
	APOIO À GESTÃO
REPASSES FUNDO A FUNDO DE EMENDAS PARLAMENTARES	INCREMENTO TEMPORÁRIO
	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	CONVÊNIOS
	CONTRATOS DE REPASSE

Principais competências relacionadas ao financiamento do SUAS

ENTE	Benefício de Prestação Continuada (BPC)	Cofinanciar o aprimoramento da gestão	Cofinanciar os serviços	Cofinanciar os programas	Cofinanciar os projetos	Cofinanciar os Benefícios Eventuais
UNIÃO	✓	✓	✓	✓	✓	
ESTADO		✓	✓	✓	✓	✓
MUNICÍPIOS		✓	✓	✓	✓	✓
DISTRITO FEDERAL		✓	✓	✓	✓	✓

Os recursos da Assistência Social podem ser classificados conforme o destinatário, podendo ser repassados diretamente aos beneficiários ou aos entes federados

Fluxo da pactuação dos critérios de partilha de recursos federais

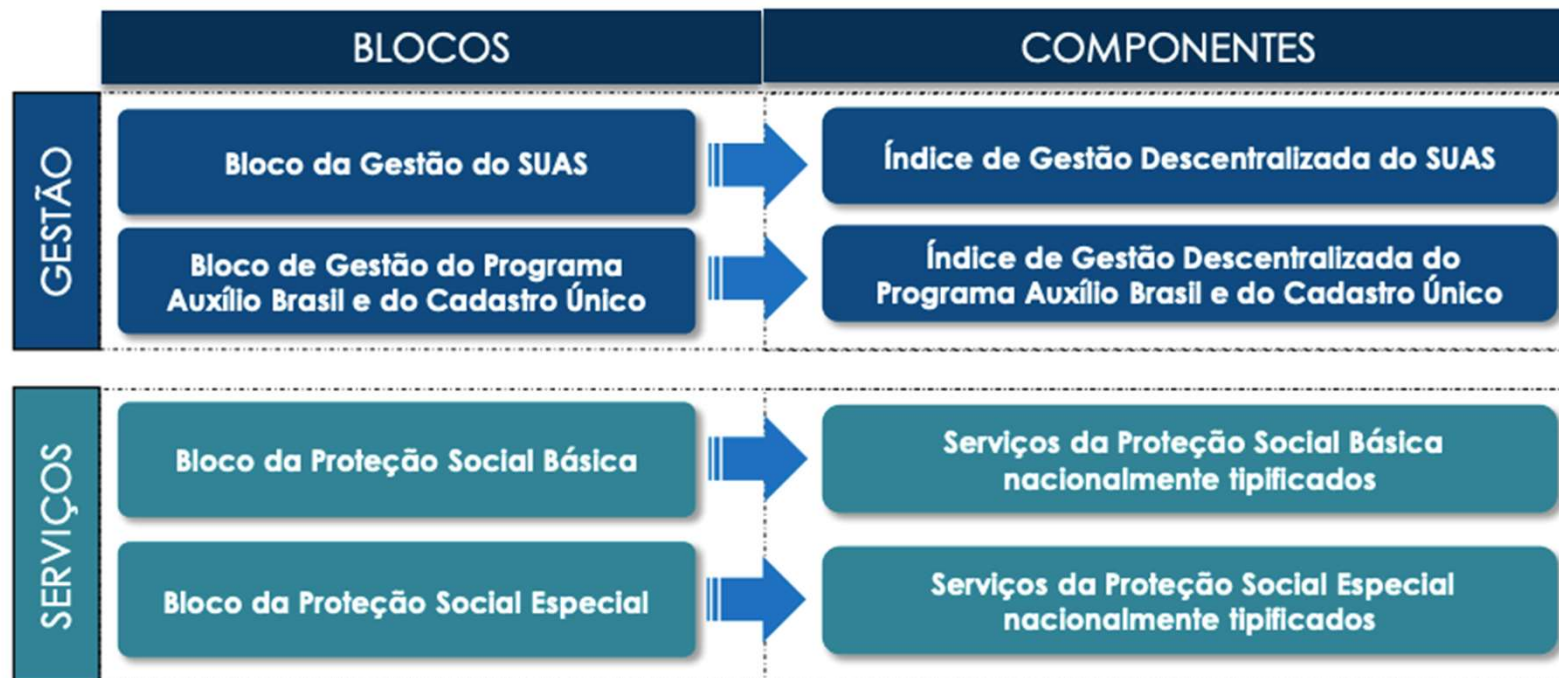


Com a aprovação dos critérios partilha pela CIT, esses são apresentados e discutidos no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que avalia e, caso os aprove, possibilita ao MDS iniciar os procedimentos para o repasse dos recursos

Blocos de financiamento do SUAS

As transferências regulares e automáticas são, em regra, organizadas em blocos de financiamento

Os recursos transferidos para execução dos blocos são repassados baseados nos componentes que são as unidades de apuração do valor a ser repassado aos entes, considerando os critérios de partilha e demais normas



!!!

Os recursos de cada bloco de financiamento poderão ser utilizados em qualquer componente do bloco, desde que sejam asseguradas as ofertas das ações pactuadas, conforme padrões e condições normatizadas

Guarda de documentos e prestação de contas

- ✓ Cabe ao gestor local manter arquivados em boa ordem e conservação os documentos comprobatórios relativos à execução dos recursos destinados ao financiamento das ações socioassistenciais e repassados na modalidade fundo a fundo, com a devida identificação e à disposição da SNAS e dos órgãos de controle interno e externo
- ✓ Os documentos referidos devem ser mantidos por 10 anos, a contar do exercício de aprovação das contas
- ✓ Devem ser mantidos em arquivo pelo órgão gestor local de Assistência Social - preferencialmente pelo fundo de assistência social, relatórios de fiscalização in loco, quando houverem, e atas e resoluções do Conselho de Assistência Social
- ✓ Os Fundos de Assistência Social dos Estados, Municípios e Distrito Federal, deverão manter relação de pagamentos atualizada, da qual conste todas as despesas realizadas. É importante o gestor verificar se a relação de pagamentos foi devidamente disponibilizada, para consulta pública, preferencialmente em meio eletrônico, em seu sítio oficial

A Portaria MDS nº 124, de 29 de junho de 2017, regulamenta os procedimentos a serem adotados pelos Estados, DF e Municípios, atinentes à guarda e ao arquivamento dos processos e documentos comprobatórios das despesas realizadas com recursos federais

Reprogramação de saldos

Com a criação do fundo de natureza especial torna-se possível a existência da reprogramação de saldos, pois o art. 73, da Lei nº 4.320/64, disciplina que o saldo positivo do fundo especial apurado em balanço será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo

Assim, quebra-se a lógica geral da execução pela execução somente para não ter que devolver o recurso no final do exercício, potencializando a lógica do planejamento e do gasto efetivo da política pública, visando aos objetivos específicos de cada serviço e programa socioassistencial, por exemplo

Reprogramação de saldos

- a reprogramação de saldos é, portanto, um dos instrumentos que facilitam e qualificam a gestão dos recursos repassados na modalidade fundo a fundo
- na Assistência Social, a reprogramação de recursos pode ter regras diferentes dependendo do tipo de recurso ou finalidade, bem como ela sempre deverá ser avaliada e aprovada por parte dos conselhos de assistência social

BLOCO DE GESTÃO

Os recursos dos blocos de financiamento da Gestão do SUAS e da Gestão do Programa Bolsa Família poderão ser reprogramados para o exercício seguinte à conta dos respectivos blocos, conforme art. 31 da Portaria MDS nº 113/2015

SERVIÇOS

Os recursos dos blocos de financiamento da PSB e PSE poderão ser reprogramados para o exercício seguinte à conta dos respectivos blocos, conforme art. 30 da Portaria MDS nº 113/2015

PROGRAMAS E PROJETOS

Os recursos dos programas e projetos poderão ser reprogramados para o exercício seguinte para utilização no próprio Programa ou Projeto a que pertencem até o término de vigência, conforme art. 32 da Portaria MDS nº 113/2015

ESTRUTURAÇÃO DA REDE

Os recursos de emendas parlamentares e recursos próprios repassados na modalidade fundo a fundo com a tipologia de Estruturação da Rede Socioassistencial também podem ser reprogramados, conforme Portaria MC nº 580/2020

Reprogramação de saldos advindos de recursos extraordinários



Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

A exemplo dos recursos federais advindos da MP nº 953/2020, que possibilitou os repasses aos demais entes, por meio das Portarias nº 369 e 378/2020, em razão da emergência em saúde pública (COVID-19).

A reprogramação dos saldos para o ano 2021 foi possível com a autorização pelo TCU e edição do Decreto nº 10.614/2021 e consequente edição das Portarias nº 601 e 607/2021.

Diante da promulgação da **Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022**, se estabeleceu que “as transferências financeiras realizadas pelo Fundo Nacional de Saúde e pelo Fundo Nacional de Assistência Social diretamente aos fundos de saúde e assistência social estaduais, municipais e distritais, para enfrentamento da pandemia da Covid-19, **poderão ser executadas pelos entes federativos até 31 de dezembro de 2023**”.

Normativo está em discussão na Secretaria Nacional de Assistência Social para regulamentar as disposições da reprogramação autorizada pela Emenda Constitucional

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



Esforço Interfederativo

Alguns apontamentos sobre o cenário nacional atual

Questões críticas identificadas

➤ **Passivo de repasse financeiro não efetuado a Estados, DF e Municípios**

Somente 40% do pactuado foi efetivamente transferido em 2022, impactando na precarização de equipes locais e na qualidade de serviços

➤ **Orçamento:** PLOA 2023 previa corte de 95%

➤ **Ausência de envolvimento de Estados, DF e Municípios na formulação das ações do Ministério (precário funcionamento da CIT); e esvaziamento da participação governamental no CNAS**

➤ **Diminuição de recursos humanos/servidores na SNAS** (redução de 35% em relação a 2018)



Medidas adotadas pela nova gestão federal

- **Orçamento: recomposição orçamentária, por meio da articulação entre Governo eleito e Congresso,** para repasses regulares aos entes
 - 1 bilhão de reais a mais em relação ao executado em 2022
 - 2 bilhões de reais a mais em relação ao que estava previsto no PLOA 2023
- **Atualização do Cadastro Único e busca ativa de novos beneficiários para o PBF:** *Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único no SUAS (PROCAD-SUAS)*
- **Convocatória da da Conferência Nacional de Assistência Social.**
- **Articulação com representantes do CONGEMAS e FONSEAS:** pactuação federativa de iniciativas, Agenda e prioridades para 2023.
- **Articulação com organismos internacionais para estabelecimento de cooperações técnicas.**
- **Grupo de Trabalho:** medidas para **redução do prazo para acesso ao BPC e para zerar o passivo e requerimentos.**

Comissão Intergestores Tripartite (CIT) 2023

apontamentos e definições

- **Orçamento 2023 para o SUAS:** do projeto de lei apresentado ao Congresso Nacional em 2022 para a LOA efetivamente aprovada para 2023 foi possível um incremento em torno de 2 bilhões de reais, após articulações realizadas pelo atual governo

Houve, ainda, incrementos no item relativo à estruturação da rede SUAS, em torno de 2 bilhões e meio de reais, orçamento destinado as emendas parlamentares

Relevância de se organizar ações, com participação dos três entes federados, junto ao Congresso Nacional, para aprimoramento da destinação de emendas parlamentares voltadas ao SUAS

- **Reprogramação dos recursos referentes à Lei Complementar nº 173/2020:** contemplada na Emenda Constitucional n. 126/2022, SNAS prepara regulamentação e documento orientador quanto às possibilidades de utilização dos recursos repassados aos ente sem decorrência da pandemia da COVID -19
- **Discussão preliminar sobre perspectivas estratégicas para reconstrução da Gestão do SUAS**
- **Pactuação da instituição de três Câmaras Técnicas na CIT** para discussão e propostas relacionadas aos temas:
 - a) Revogação da Portaria nº 2.362/2019; b) Ações para migrantes e refugiados; e
 - b) c) Primeira Infância no SUAS.



Obrigada!

Central de Relacionamento do MC

121

Site do Ministério da Cidadania

cidadania.gov.br

Portal de Serviços

www.servicos.gov.br

Blog da Rede SUAS

blog.mds.gov.br/redesuas

Blog do Fundo Nacional de Assistência Social

<http://blog.mds.gov.br/fnas/>

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO